



CALIFORNIA HEALTH AND HUMAN SERVICES AGENCY

GUIA SOBRE ESTORVO

PARA A SOCIEDADE

Setembro de 2022

ATUALIZAÇÃO O governo federal emitiu uma regra final sobre estorvo para a sociedade, que limita a respectiva aplicação desse princípio e remove obstáculos ao acesso de benefícios públicos para a maioria dos imigrantes. A regra final entra em vigor no dia 23 de dezembro de 2022.

O presente guia fornece informações sobre as mudanças federais às determinações de "estorvo para a sociedade" e o uso de benefícios públicos. A regra final limita a maneira como os oficiais federais de imigração consideram o recebimento de benefícios públicos ao autorizar a entrada de indivíduos nos Estados Unidos ou quando o status de residência permanente (conhecido como "Green Card") é solicitado de maneira legal.

O governo federal publicou a regra final em 9 de setembro de 2022. **A regra final entra em vigor no dia 23 de dezembro de 2022.** Visite o site do [US Citizenship & Immigration Services \(USCIS\)](https://uscis.dhs.gov) para obter informações atualizadas. Se tiver perguntas gerais sobre a regra final e o princípio de "estorvo para a sociedade", consulte a lista de organizações qualificadas para auxiliar indivíduos no site do [Departamento de Assistência Social da Califórnia](https://www.cdss.ca.gov).

OS IMIGRANTES AGORA TÊM ACESSO A ASSISTÊNCIA MÉDICA E AUXÍLIO PARA ALIMENTAÇÃO E MORADIA, ALÉM DE VÁRIOS OUTROS BENEFÍCIOS PÚBLICOS SEM TEMER AS CONSEQUÊNCIAS DA IMIGRAÇÃO.

1. A maioria dos benefícios públicos foram excluídos da consideração.

A regra final sobre estorvo para a sociedade permite apenas que o governo federal considere o recebimento anterior ou atual dos seguintes benefícios públicos ao revisar a classificação de estorvo para a sociedade:

1. Renda de Seguridade Suplementar (SSI — Supplemental Security Income);
2. Assistência em dinheiro para a manutenção da renda dentro da Assistência Temporária para Famílias Carentes (TANF, conhecido como CalWORKs na Califórnia);
3. Programas estaduais, tribais, territoriais ou locais com assistência em dinheiro para a manutenção da renda (geralmente chamada de "Assistência Geral), ou
4. Cuidados institucionalizados e de longo prazo às custas do governo (ex.: casa de repouso com enfermagem especializada).

2. A maioria dos imigrantes **NÃO** precisa se preocupar com a classificação de "estorvo para a sociedade".

A classificação de "estorvo para a sociedade" não se aplica a todos. Os residentes permanentes com status legal (que possuem o Green Card) e muitos outros imigrantes estão isentos da classificação de "estorvo para a sociedade". Os grupos de imigrantes isentos incluem, entre outros, refugiados, asilados, detentores de visa especial de imigração, quem solicitou o recadastramento de Status Protegido Temporário (Temporary Protected Status), jovens com imigração especial, não imigrantes com classificação T e U (vítimas de tráfico de seres humanos e outros crimes) e requerentes sob a Lei de Violência Contra Mulheres (Violence Against Women Act) e alguns imigrantes provenientes de Cuba e



Haiti. Sob a regra final, certos indivíduos que se qualificaram para receber os benefícios federais para reassentamento de refugiados, incluindo alguns custodiados do Afeganistão e da Ucrânia, continuarão sujeitos à classificação de "estorvo para a sociedade", porém os benefícios de reassentamento que receberam não serão considerados.

3. Os benefícios públicos usados pelos membros da família **NÃO** serão considerados.

Sob a regra final, quando o governo federal revisar o uso de benefícios públicos como parte da determinação de "estorvo para a sociedade", serão considerados apenas os benefícios recebidos por pessoas que solicitaram o status de ajuste, seja como solicitante direto ou na lista de beneficiários do benefício. Isso significa que os membros da sua família que têm acesso a programas públicos não serão considerados partes da sua determinação como "estorvo para a sociedade". Por exemplo, o governo federal não consideraria a assistência em dinheiro recebida por uma criança que é cidadã americana se o pai ou a mãe estiver solicitando o Green Card por meio de um requerimento com base na unidade familiar.

COMO COMPREENDER A NOVA POLÍTICA DE "ESTORVO PARA A SOCIEDADE".

De acordo com a política federal de longa data, o governo federal poderá negar a entrada de um não cidadão nos Estados Unidos, ou o ajuste do status de residência permanente legal (Green Card), se o indivíduo for classificado como "possível estorvo para a sociedade", o que é definido como alguém que depende principalmente do governo para sobreviver, com base em todas as circunstâncias de vida de tal indivíduo. Essa determinação inclui vários fatores além do recebimento de benefícios públicos, tal como renda, idade, saúde, status familiar, educação e habilidades, status financeiro, bens e, quando existente, a documentação de apoio de um patrocinador (a declaração de apoio conhecida como "Affidavit of Support").

A regra final de "estorvo para a sociedade" limita os tipos de benefícios públicos considerados e abrandando os obstáculos entrepostos aos imigrantes de baixa renda que solicitaram o Green Card. O DHS precisa considerar outros fatores, tais como educação, renda e a declaração de apoio ou o pagamento de fiança ao governo federal. Consequentemente, se um imigrante receber cuidados institucionais em longo prazo às custas do governo ou assistência em dinheiro para a manutenção da renda, isso não resultará automaticamente na classificação de "possível estorvo para a sociedade".

Assistência médica, alimentação e muitos outros benefícios públicos **NÃO** serão considerados na determinação de "estorvo para a sociedade".

A regra final determina que o uso da maioria dos programas de benefícios públicos NÃO será considerado:

- CalFresh ou SNAP
- Merenda escolar
- Medi-Cal ou Medicaid (exceto em caso de cuidados institucionalizados em longo prazo, também conhecidos como "casa de repouso com enfermagem especializada")
- Subsídios do plano de saúde Covered California
- Medicare
- Imunização ou exame/tratamento de doenças transmissíveis, como a COVID-19
- Serviços de Apoio Domiciliar (In-Home Supportive Services)
- Moradia pública federal e assistência Section 8
- Programa para Mulheres, Bebês e Crianças (WIC) na Califórnia
- Auxílio em caso de desastre natural, assistência durante a pandemia, auxílio com serviços públicos e assistência com cuidados infantis



- Crédito Tributário por Filhos (CTC — Child Tax Credit) ou Crédito Tributário por Renda Resultante de Emprego (EITC — Earned Income Tax Credit)

A nova política NÃO muda as regras de qualificação para programas de benefícios públicos.

A nova política não muda o fato de indivíduos poderem solicitar e receber benefícios públicos. Para saber mais sobre quais benefícios públicos você pode se qualificar a receber, entre em contato com [a sua agência local de assistência social](#) ou visite www.benefitscal.com

CADA FAMÍLIA É DIFERENTE. PROCURE ASSISTÊNCIA JURÍDICA QUALIFICADA.

É importante que os indivíduos e as famílias conheçam os seus direitos e tenham informações corretas para compreenderem se a regra os afeta. Se tiver alguma pergunta, advogados especializados em imigração ou benefícios públicos poderão aconselhar você com base nos dados específicos da sua situação individual. Se você ou outras pessoas tiverem perguntas sobre um caso específico, incentivamos você a entrar em contato com profissionais qualificados para obter aconselhamento jurídico.

Uma lista de organizações sem fins lucrativos qualificadas a auxiliar indivíduos está disponível no site do [Departamento de Assistência Social da Califórnia](#).

